



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Corregedoria-Geral

RESOLUÇÃO CGE Nº 003, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025

Estabelece a obrigatoriedade de frequência a curso de capacitação promovido pela Escola da Defensoria Pública do Estado do Paraná – EDEPAR – em parceria com o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher – NUDEM e prorroga o prazo para aqueles que não concluíram a frequência.

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** que incumbe à Corregedoria-Geral orientar a realização das atividades funcionais e a regularidade dos serviços, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso IX, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 e art. 33, inciso XI da Lei Complementar Estadual 136 de 19 de maio de 2011; **CONSIDERANDO** que incumbe à Corregedoria-Geral baixar normas, no limite de suas atribuições, visando à regularidade e ao aperfeiçoamento das atividades da Defensoria Pública do Estado do Paraná, resguardada a independência funcional de seus membros, nos termos do art. 31, XI da Lei Complementar 136 de 19 de maio de 2011, **CONSIDERANDO** que incumbe à EDEPAR “promover a atualização profissional e os aperfeiçoamentos técnicos dos membros, estagiários e servidores, realizando cursos, conferências, seminários e outras atividades científicas relativas às áreas de atuação e às atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná”; **CONSIDERANDO** a necessidade de capacitar membros, servidores e estagiários a respeito do enfrentamento ao machismo institucional; **CONSIDERANDO** a deliberação da primeira reunião do Comitê Gestor da Política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e da discriminação de gênero na Defensoria Pública, realizada no dia 25 de junho de 2020; **CONSIDERANDO** que a Resolução CGE/DPE-PR n. 3, de 19 de fevereiro de 2024 estabeleceu a obrigatoriedade dos novos Defensores Públicos(as), servidores(as) e estagiários(as) a frequência ao Curso de “*Machismo Institucional*”.

RESOLVE:

Art.1º. TORNAR OBRIGATÓRIA a frequência de membra(o)s, servidora(e)s (de carreira e comissionados) e estagiária(o)s que ingressaram na Defensoria Pública



após o período de vigência da Resolução CGE/DPEPR 012/2020 ao curso promovido em parceria pela EDEPAR e pelo NUDEM, “*Machismo Institucional*”.

§1º. A data e horário do curso referido no *caput* serão divulgados pela EDEPAR.

§2º. O link de acesso ao curso de capacitação será encaminhado oportunamente pela EDEPAR.

§3º. O curso ficará disponível pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data da divulgação pela EDEPAR.

§4º. A forma e aferição de frequência será regulamentada pela EDEPAR, devendo ser encaminhada à Corregedoria-Geral o rol de membra(o)s e servidora(e)s que deixaram de realizar integralmente o curso obrigatório ou sequer iniciaram.

§5º. A relação de estagiária(o)s que não realizaram o curso deve ser encaminhada à Coordenação da sede de lotação da(o)s estagiária(o)s para as devidas advertências.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE ALMEIDA FREIRE GONÇALVES

Corregedor-Geral